

GOVERNO ACENDE FAROL ALTO E REVELA A FALTA DE HORIZONTE



“Há uma taxa de desemprego que sustenta a de câmbio”

José Marcio Camargo

“Este é o ano da carga tributária máxima. Vai bater 30% do PIB.”

Sulamis Dain

Fotos Carlos Magno

CARLOS FRANCO

O aumento da taxa de desemprego este ano em relação a 1994, com a demissão de metalúrgicos e trabalhadores de empresas que reduziram o ritmo de produção, estimulou discussões sobre a política cambial do governo no *Balanço Mensal*, promovido pelo JORNAL DO BRASIL. É o desemprego que ajuda a manter o real forte em relação ao dólar. Com o desaquecimento da economia, o governo consegue reduzir importações e, com isso, evitar o buraco nas contas externas, que assustou a equipe econômica, no início do ano, por conta da crise do México.

Para o economista José Marcio Camargo, da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio), a taxa de desemprego, na prática, sustenta a taxa de câmbio no nível que o governo deseja. A tese defendida por ele foi discutida pelos economistas Dionísio Dias Carneiro, também da PUC-Rio; Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP); e Sulamis Dain, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Pelos cálculos de Camargo, a Argentina tem hoje uma taxa de câmbio de 20% de sua força de trabalho. Ou seja, a diferença entre o peso argentino e o dólar é igual à população desempregada. Carneiro não discordou da tese, mas rechaçou a possibilidade de comparação entre os dois países. “Os nossos 5% são uns 8% ou 9% deles”.

Camargo rebateu afirmando que isso não importa e sim que existe uma taxa de desemprego capaz de sustentar uma taxa de câmbio real; isto é, acima da inflação, que lá é de 20% em peso em relação ao dólar. “Estou convencido disso”, afirmou.

Em outro momento, Camargo disse que seus números sobre fluxos de capital e taxas de crescimento eram idênticos aos de Carneiro. Sulamis não resistiu e alfinetou: “É claro, vocês fazem as contas juntos”, referindo-se aos documentos sobre cenários econômicos da PUC do Rio.

Nogueira retomou a discussão para defender a mudança na banda cambial. Na sua opinião, o Plano Real trouxe uma perda de competitividade para a economia extraordinária. Carneiro saiu em defesa do colega de cátedra e diretor da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, e disse que “não é assim”. E justificou em resposta a Nogueira: “Com uma tradição inflacionária, a taxa de câmbio real não pode ser manejada só com a taxa de câmbio nominal (expressa em valores)”.

Farol baixo — Apesar de sua proximidade com a equipe econômica, foi Carneiro, no entanto, que atirou mais forte no governo, quando o assunto passou a ser a reforma tributária. Ele afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso falou em farol alto, mas não mostrou o horizonte fiscal — equilíbrio das contas públicas — que deseja. O que, disparou, não foi por falta de tempo para discutir e decidir.

Ele acredita que o fato de Cardoso não ter apresentado detalhes, é um sinal de que o desafio do governo é o de saber se tem a mesma aliança política capaz de garantir a reforma. Isso dará a medida de sua extensão, prevê.

Sulamis lembrou que este é o ano da carga tributária máxima. “A média dos últimos anos era de 21% do Produto Interno Bruto (PIB), no passado chegou a 28% e agora vai bater a 30%”. Ela explica esse aumento por conta da estabilização por meio da combinação de inflação baixa e aquecimento da economia. Mas criticou o governo por não estar discutindo a reforma da Previdência, que “foi esmiuçada e está paralisada”.

Banco Econômico — As alianças políticas de Cardoso foram abordadas também no debate que se seguiu sobre o Banco Econômico. Para Camargo, o episódio evidenciou como “são fracos os presidentes da República e a instituição Presidência no país”. Ele ressaltou que sua opinião foi sedimentada pelo fato de um senador ir ao Planalto, pedir a intervenção e não a liquidação de um banco e o presidente concordar “mesmo que com o dinheiro público”. Outro ponto levantado por ele e por Carneiro foi o de que a estabilização evidencia os custos dessas operações para a sociedade. Para Carneiro, isso é uma vantagem.

Sulamis criticou com “uma pergunta singela: por que o Banco Central não fez a intervenção antes?”. Ela considerou a decisão do BC atrasada, o que “permitiu que muitos, inclusive os diretores do Econômico, efetuassem saques”. Já Nogueira centrou fogo contra a não regulamentação do artigo 192 da Constituição por lei complementar. “Tá tudo lá, inclusive fundo de garantia de cheques e depósitos”. Foi lembrado, contudo, pelos outros economistas que neste artigo está a fixação dos juros reais em 12% ao ano, que o governo prefere não regulamentar.



JORNAL DO BRASIL

ONLINE

Instruções na pág. 6 do 1º caderno

Íntegra do Balanço 17410